

HIDRELÉTRICA BELO MONTE: Reestruturação Social e Econômica Dos Reassentados Do RRC/Travessão 27- Vitória Do Xingu /Pa.

Arcanjo, Nathany Melo Machado¹
Silva, Darlene Costa²
Herrera, José Antônio³

Resumo

Nesta pesquisa pretende-se apresentar sinteticamente a dinâmica socioeconômica dos reassentados do primeiro Reassentamento rural coletivo do travessão da 27, município de Vitória do Xingu, com enfoque na reestruturação social e nos modos de produção destas famílias. As análises apresentadas deixam evidente como a construção de grandes projetos, como a hidrelétrica de Belo Monte, modificam não apenas a estrutura produtiva regional, mas também as condições de vida das pessoas atingidas, portanto, tem-se como base a análise das mudanças que influenciaram diretamente o desenvolvimento sustentável das famílias atingidas pelo empreendimento de Belo Monte.

Palavras-chave: Reassentamento, mudanças, reestruturação.

Introdução:

O presente artigo tem como finalidade apresentar os estudos do primeiro reassentamento Rural Coletivo - RRC, localizado no Travessão 27 da rodovia Transamazônica, município de Vitória do Xingu, sendo este, um projeto elaborado pela Norte Energia como forma de compensar as famílias que moravam em áreas rurais atingidas pelo reservatório de Belo Monte. Para os reassentados, foram construídas casas estruturadas com três quartos, cozinha com sala e banheiros adaptados para pessoas com deficiência, fossa séptica, rede de energia elétrica, poço artesiano e vias de acesso e infraestrutura básica em 30 lotes rurais de 75 hectares cada um, contendo todo o reassentamento uma área total de aproximadamente 2,4 mil hectares. Podemos constatar na representação cartográfica a localização do RRC (figura 01) e a distribuição de alguns dos lotes feito pela Norte Energia.

¹ UFPA Graduanda em Licenciatura em Geografia Nathany Melo Machado

² UNIR Doutorado em geografia, Darlene-silva1@hotmail.com

³ UNIR Pós-Doutorado em geografia, Herreraxingu@gmail.com

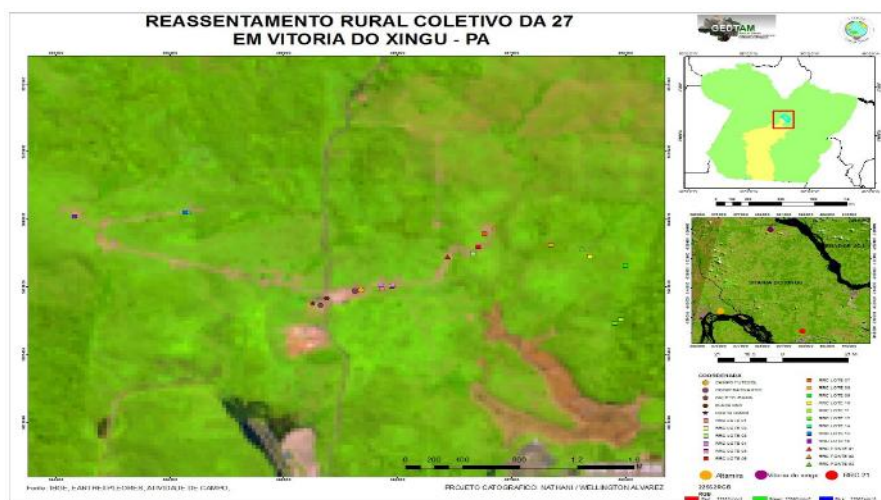


Figura 1: Representação cartográfica do RRC. Fonte: GEDTAM

Segundo os dados da Norte Energia foram reassentadas 28 famílias, contempladas com lotes de 75 hectares cada, sendo 15 para uso agrícola e 60 para reserva legal, que foram projetados para atender as necessidades da zona rural. No projeto, consta um espaço para lazer da comunidade; um galpão comunitário e quadra de futebol de areia, comum a todos reassentados, tanto para as 12 famílias do lado esquerdo quanto as 16 do lado direito, pois o RRC foi dividido em duas entradas de acesso.



Figura 2: entrada para as duas vias do RRC. Fonte: GEDTAM

Portanto, pretende-se contribuir com a discussão nas mudanças socioeconômicas desses reassentados, considerando que cada indivíduo teve que (re)criar um espaço de produção, manutenção e resistência de seu antigo modo de vida. Para isso, como metodologia foi realizado

a pesquisa de campo com observação direta, registro fotográfico e entrevistas abertas e semiestruturadas feitas com apenas alguns dos moradores do reassentamento RRC, porém no presente trabalho foram colocadas apenas a fala de dois dos seis entrevistados, os quais chamaremos de José e Antônio com o intuito de preservar a identidade dos mesmos, para a pesquisa utilizou-se como método a fenomenologia, sendo esta, caracterizada pela apresentação dos fenômenos da consciência, que podemos obter em todos os sentidos humanos.

As transformações na dinâmica local das comunidades reassentadas:

Ao elaborar o EIA/RIMA, o empreendedor deve apresentar um plano das alternativas de remanejamento das famílias cujas terras serão atingidas pela implantação da usina. A apresentação desse plano é necessária para a concessão da Licença Prévia, através da qual o órgão licenciador atesta a viabilidade ambiental do empreendimento, estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação. O referido plano deve incluir um programa de reassentamento da população, que preveja não apenas instalações físicas e equipamentos sociais, mas também apoio técnico e financeiro e outras providências que visem assegurar, a médio prazo, a integração social e a auto sustentação econômica dos reassentados.

Dessa forma a construção de hidrelétricas na Amazônia tem sido apresentada como indispensável para garantir o crescimento do país. Grandes projetos governamentais assim como o empreendimento da construção da usina hidroelétrica de Belo Monte, não visam as transformações sobre os meios de vida das pessoas atingidas em relação as suas tradições, seus costumes e seus meios de produções. Esses processos migratórios das comunidades atingidas pelo empreendimento da Norte Energia para o reassentamento rural coletivo, o que segundo Dourados e Vargas, representa a construção de um novo espaço de apropriação.

As comunidades rurais diretamente atingidas pelo reservatório, tem consigo reservado o direito garantido a indenização com a carta de crédito ou como neste caso com o Reassentamento. O projeto de reassentamento rural coletivo, foi criado com o intuito de propiciar às famílias afetadas, participantes do processo de reassentamento, condições que permitam sua reprodução social e econômica. No entanto, o deslocamento das comunidades que residiam e trabalhavam nas áreas de implantação da usina nos revela um conflito de interesses.

De um lado, a produção de energia que é fundamental para os avanços tecnológicos nas sociedades em desenvolvimento e que necessitam de melhorias na qualidade de vida, “propiciando melhorias na área de saúde, educação e moradia”, ou pelo menos assim deveria ser. Do outro lado, há às populações que viviam nas áreas atingidas pelo empreendimento e foram reassentadas para uma área de atividades anteriores pecuaristas, sendo necessário o reordenamento territorial no Travessão do 27km da Rodovia Transamazônica no município de Vitória do Xingu. Esta adaptação requer a recriação de espaços onde esses indivíduos procuram meios e formas de se reestabelecer resgatando seus costumes, suas técnicas e suas práticas do antigo território conectados com as novas técnicas e práticas, experiências que adquiriram ao longo desse processo tanto para fins produtivos, quanto para fins de moradia e de desenvolvimento da comunidade. Neste sentido, Santos (2008) nos diz que suas experiências vividas ficaram para trás e nova residência obriga a novas experiências. Trata-se de um embate entre o tempo da ação e o tempo da memória. Obrigados a esquecer, seu discurso é menos contaminado pelo passado e pela rotina.

A Agricultura Familiar: Principal Fonte de Desenvolvimento, socioeconômico e Cultural dos indivíduos do RRC.

O Território foi sendo transformado e organizado pela territorialização dos reassentados nos lotes de forma diferenciada, tendo em vista que nem todas as famílias foram reassentadas nos mesmos períodos, esse processo de readaptação deu-se de forma desigual. Para Cavalcante (2012) é deste modo que o território se transforma, tecnifica-se, (re)organiza-se e se (re)funcionaliza. E dessa forma o reassentamento RRC/travessão km 27 foi sendo (re)funcionalizado para receber as famílias remanejadas do entorno do reservatório da hidrelétrica. Entre os benefícios que esses reassentados deveriam receber, está a Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES), sendo estabelecido um atendimento de pelo menos um período de três anos, outro benefício seria a possibilidade de acessar linhas de crédito para a agricultura familiar, isso conferido, segundo dados fornecido pela Norte energia e pelos próprios relatos dos indivíduos entrevistados, além do manual do proprietário que aborda as características do projeto.

Pode-se constatar nos relatos dos entrevistados e pelo registros das fotos figura 03 (galinheiro), figura 04 (Produção de milho) e figura 05 (estufa), que registra, a nova estrutura da produção e adequação ao novo território, em que alguns tiveram êxitos em suas novas terras

conseguindo produzir de maneira “adequada e satisfatória”, e o outro nem tanto devido as dificuldades encontradas no novo território que a partir das reflexões feitas por Silveira (2011) que pensa o território usado, de Santos, que configura objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado e em constante transformação. Um conjunto de todos os agentes e aspectos, de todas as empresas, instituições, indivíduos, independentemente da heterogeneidade de poder entre eles.



Figura 03: galinheiro construído pela Norte energia. Fonte: GEDTAM



Figura 04: Produção de milho. Fonte: GEDTAM



Figura 05: Estufa construído pela Norte energia. Fonte: GEDTAM

O território no reassentamento é usado pelo entrevistado José, para desenvolver a agricultura como ele e sua esposa faziam no lote anterior, em que cultivam milho, cacau, banana, mamão, maracujá e mandioca, utilizando as práticas e técnicas de plantio rudimentares pois, tanto a plantação quanto a colheita são feitas manualmente apenas pelos dois agricultores, o que garante a continuação do sustento da família. De acordo com Haesbaert (2004) território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-política ao poder mais simbólico das relações de ordem mais

estritamente cultural. O que implica nas particularidades da vivência de cada indivíduo com o território.

De acordo com os moradores remanejados, os mesmos teriam direito a escolher apenas duas formas de produção entre agricultura, criação de galinhas ou peixes. Porém, de fato nem todos tiveram esse direito de escolha, como é o caso do senhor Antônio, que nos informou que em seu lote anterior eles tinham atividades pecuaristas, produção de peixes em tanque e na agricultura produziam cacau, pode-se observar em seus relatos que a intenção deste agricultor era no atual lote obter um tanque de peixes já que no projeto era possível a escolha deste modo de produção, porém no relato deixa claro que isso não foi realmente possível.

“Nós escolhemos o tanque, mas disseram que aonde que era para ser o tanque não podia fazer, que era uma tal APP, nós queria fazer bem aí, perto. “Não mais bem aí perto não pode porque todo mundo vai roubar, todo mundo vai mexer” e falamos, não já que tem a água lá em baixo vamos jogar a água encanada, demos essa ideia, entraram de acordo, depois pegou e mudou disse que não, que não podia”. (Entrevistado: Antônio, 2017; Fonte: GEDTAM).

Portanto, o mesmo sofreu com a dificuldade em não obter sua forma de produção desejável. Outra dificuldade pela qual esse agricultor reassentado passa é na atividade da agricultura, em que segundo ele, foram fornecidas as mudas de cacau, banana, mandioca, milho, macaxeira para plantio, porém sua produção tem dificuldades em evoluir devido a área ser uma antiga fazenda, na qual havia intensas atividades pecuarista, sendo assim, o avanço do capim se dá de maneira incisiva como podemos constatar na figuras 06 e 07 sendo que a assistência do ATES que é responsável por viabilizar o veneno para conter o avanço do capim, e a mesma forneceu o veneno apenas uma vez e de forma demorada, assim como também a distribuição dos animais para criação e as mudas para o cultivo de produtos alimentares como fonte de renda, viabilizou-se de forma vagarosa.



Figura 06: estufa construída pela Norte energia lote do entrevistado 02. Fonte: GEDTAM).



Figura 07: problemática com o capim lote do entrevistado 02. Fonte: GEDTAM).

Com esses relatos contataram-se que a assistência não condiz com o que se tem no projeto, que é a garantia da manutenção e assistência as famílias garantindo o sustento e exploração econômica do reassentamento. Não obstante, observamos que está muito longe de primar de forma integral pelos direitos dos atingidos e pela conservação do meio ambiente, vemos, como a construção da usina de Belo Monte, alterou consideravelmente o modo de vida destas famílias reassentadas e que diante do processo de modificação pouco foi feito para amenizar os impactos ocasionado por esta usina.

O sentimento de pertencimento e dificuldades sociais da nova comunidade.

As famílias expropriadas pela construção da UHE Belo Monte possuíam uma relação direta com a terra e com o rio. O rio proporcionava alimento como peixes, o bem-estar através do microclima da beira do rio, as sombras das árvores em dias quentes e como um meio de locomoção. A maioria dos moradores tinha parentes próximos ao local de moradia, o que caracterizava identidades culturais comuns entre os indivíduos. A perda de seu lugar de moradia, de suas relações sociais, de sua renda, a falta do recurso natural são características evidenciadas quando nos deparamos com a realidade dos reassentados.

O que segundo Rezende (2002) explica que aspectos simbólicos dos indivíduos que são atingidos por um empreendimento hidrelétrico não são citados dentro do processo de licenciamento ambiental. Tais aspectos são caracterizados pelo autor como um dano imaterial, que afeta bens incorpóreos das pessoas, como seus sentimentos, afetividade, seu psíquico.

Portanto, não há uma forma real de compensar os danos imateriais, algo que é subjetivo para cada um desses indivíduos. Para Silva e Silva (2012), as hidrelétricas são projetos que visam à apropriação e à reprodução do espaço sob uma ótica lucrativa e exploratória dos recursos naturais, os quais ignoram as populações que ali vivem e possuem vínculo imaterial com a área a ser impactada. Dentre os impactos sociais ocasionados pela construção de um empreendimento hidrelétrico está o deslocamento compulsório, que se caracteriza pela fragmentação das relações de pertencimento dos impactados com o seu lugar de moradia e com os elementos que fazem parte do seu modo de vida. Tratando-se dessa ruptura dos laços afetivos e culturais estabelecidos nas áreas diretamente afetada pelo barramento e criação do reservatório da UHE Belo Monte, é perceptível as mudanças que afetaram os moradores do

RRC, pois eles tinham relação direta com o Rio e que atualmente esses não possuem mais essa ligação com o mesmo.

Essa realidade foi constatada na fala que se seguem do entrevistado A.

“Me deixou saudades de comer ovos de tracajá, pacu gordo... Saudades de andar de barco, pescar só para comer mesmo. Eu ainda tenho vontade de ter minhas coisinhas, meu barco, meu motor, passear no rio, pescar, tomar banho, pegar uma praia”.
 (Entrevistado: José, 2017; Fonte: GEDTAM).

Dessa maneira os reassentados expressam a tristeza pela desconsideração dos direitos simbólicos dos atingidos por barragens, onde o empreendedor não leva em consideração a perda dos seus elementos imateriais, como podemos observar na figura 08.



Figura 08: Motor de popa do entrevistado A. Fonte: GEDTAM.

No quintal da casa do senhor José, encontramos o marco do descaso com o atingido pela barragem, o motor de um barco que era do senhor José e foi furtado dele no processo de mudança para o RRC, esse motor representa ainda seus laços afetivos e de identidade com o Rio Xingu, rompendo assim com o seu modo de vida.

Neste sentido Fearnside (2011) afirma que, muitas vezes, o Governo acredita estar retirando as pessoas de uma condição ruim e levando-as ao progresso, em razão da construção de uma barragem. O autor, contudo, garante que as hidrelétricas geram mais pobreza e têm significativos impactos negativos tanto sobre a população humana como sobre o meio ambiente.

O senhor Antônio também ao lembrar sua vida antes da UHE Belo Monte, nos remete um grande pesar em sua fala pelas perdas sofridas, principalmente o sentimento de saudades do Rio Xingu.

“O que não tem aqui é um rio pra nós banhar, a não ser aquelas pontezinhas que vocês viram ali, mas... Hoje nós não tem, sabe o que que é, a mudança? ... aqui ... não tem aqui é um igarapé pra cada pessoa, igual nós tinha uma barragemzona lá e aqui nós não tem”. (Entrevistado: Antônio, 2017; Fonte: GEDTAM).

Antônio nos disse em seu depoimento que assim que chegou no RRC/travessão km 27 ele utilizava o canal do rio Xingu próximo ao seu lote para pescar e tomar banhos, no entanto, foi proibido pela Norte Energia de utiliza-lo para quaisquer fins, causando mais uma vez o rompimento dos laços com o rio. Apesar de existir um igarapé chamado de igarapé Jóa e o mesmo atravessar o RRC o mesmo não passa nas proximidades de todos os lotes dos indivíduos entrevistados, além de tudo, grande parte do igarapé pertence ao sitio ecológico, e a maior parte dos reassentados não podem fazer nenhum tipo de uso, devido a entrada na área também ser proibida para fins de pesca ou caça.

Além de todas as problemáticas apresentadas pelo senhor Antônio na produção da agricultura e sua difícil adaptação no novo território, ele também comenta as dificuldades em relação a assistência medica, pois no reassentamento não ter posto de saúde e seu tio necessita de cuidados médicos constantemente, a unidade mais próxima da comunidade fica a 15km de distância do RRC e nem sempre tem atendimento médico disponível, o senhor Antônio afirma que além de todas essas problemáticas no atual espaço, ele ainda sente falta do convívio diário com a antiga comunidade, de um lazer para ele e sua família, ou pelo menos o qual ele considere bom para ele e sua família, coisas que ele tinha no seu antigo espaço vivido, e atualmente no reassentamento ele não.

Portanto pode-se observar nos relatos dos entrevistados as diferentes opiniões em relação ao atual espaço habitado, uma família adaptou-se bem ao novo espaço e não trocaria por nem um outro, a outra família apesar de não achar o melhor lugar para se viver não trocaria o atual pelo antigo, os dois aqui colocados têm as suas particularidades, mas uma coisa em comum que os dois tem é o sentimento de perda, a falta do rio que durante muitos anos deu-lhes o sustento e o lazer.

Considerações

A pesquisa evidencia que os atingidos pela UHE Belo Monte viviam felizes às margens do Rio Xingu, apesar das dificuldades por eles relatadas, eles sentiram não só a perda dos

recursos que o rio fornecia (a água, o alimento, o lazer, locomoção) para eles, mas todo o sentimento de pertencimento em relação ao local perdido pela construção da UHE Belo Monte.

Evidenciou-se a necessidade pela busca de mecanismos que, efetivamente, concedam aos atingidos uma vida de bem-estar, respeitando tanto seus direitos materiais quanto imateriais, da mesma forma que buscamos considerar o valor intrínseco (existência) da natureza.

Nas argumentações expostas pelos afetados, fica evidente que os benefícios econômicos oferecidos pelo Consorcio Construtor Norte Energia para compensar as perdas não refletiram em bem-estar para os reassentados. Esse resultado corrobora quando Pearce e Turner (1995), afirmam que o bem-estar medido em termos monetários e a quantidade monetária correspondente devem aproximar-se do valor que a sociedade dá ao recurso. Ao elaborarmos este trabalho evidenciamos a necessidade de buscarmos mecanismos que contemplem os valores simbólicos desses atingidos, priorizando a continuidade da vida que não prima pela lógica do mercado e sim pela vivência com a dignidade humana.

Referências Bibliográficas

CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. Hidrelétricas do Rio Madeira-RO: território, tecnificação e meio ambiente/ Maria Madalena de Aguiar Cavalcante – Curitiba, 2012.

FEARNSIDE, P. The devastating effects of tsunamis, big hydroelectric dams and other clear energy. 2011. Disponível em: <[http:// www.climateconnections.com](http://www.climateconnections.com)>. Acesso em: julho. 2017.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PEARCE, D. W. Assessing the social rate of return from investment in temperate zone forestry. 2. ed. London: Cambridge University Press, 1994.

TURNER, R. K. Economía de los recursos naturales y del medio ambiente. Madrid: Celeste, 1995.

REZENDE, L. P. Dano moral e licenciamento ambiental de barragens hidrelétricas. Curitiba: Juruá, 2002.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. - 4. ed. 2. Reimpr. - São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. Economia Espacial. Críticas e Alternativas. Segunda edição. São Paulo: Edusp, 2011.

SILVA, R. G. S.; SILVA, V. de P. Os atingidos por barragens: reflexões e discussões teóricas e os atingidos do Assentamento Olhos D'Água em Uberlândia-MG. *Sociedade & Natureza*, 23(3), 397-408, 2012.

SILVEIRA, 2001 in. GOTTARDI, A; TEIXEIRA, C. **O sentido de pertencimento em espaço de ocupação irregular frente a realocações de moradia**. XII Simpurb Ciência e Tecnologia – Belo Horizonte, 2011.

DOURADO, A. M e VARGAS, M. A. M. **ENTRE TRADIÇÕES E TRADUÇÕES: Identidade Territorial Nos Assentamentos De Reforma Agrária** Disponível em: <<http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/sernne/artigo9.pdf>>. Acesso em: agosto. 2017.